

■ FINANÇAS

*economia Brasil*FUNDO JAGUAR: LIDERANÇA
NO RANKING DA REVISTA VEJA FONTECINDAVI

Brasil mantém juro em queda, apesar da Rússia

Mônica Izaguirre e Mário de Santi
de Porto Alegre

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, previu ontem que a taxa básica de juros no Brasil deverá continuar em queda, apesar do nervosismo ter aumentado no cenário internacional por causa da Rússia. Para o ministro, "não há razão" para que a moratória anunciada pelo governo russo tenha efeitos negativos sobre a economia brasileira.

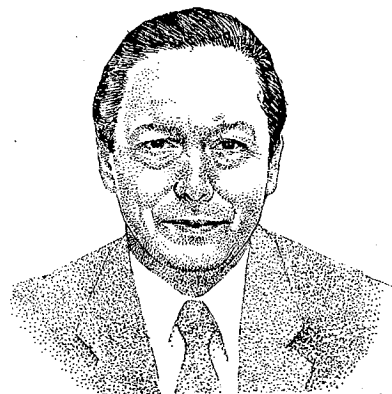
"Acho que as taxas continuarão declinando", respondeu o ministro quando perguntado se a decisão da Rússia não impediria uma nova redução dos juros primários no próximo dia 2, quando reúne-se em Brasília o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). Malan estava em Porto Alegre para participar da abertura da XV Assembléia de Organismos de Supervisão Bancária da América Latina e Caribe.

O ministro acha que os efeitos da evolução da crise russa para o Brasil vão limitar-se ao mercado secundário de bônus da dívida externa brasileira. Ele explicou que os papéis brasileiros são os que têm mais liquidez no mercado de bradies, ou seja, os mais fáceis de vender. Por isso, são os primeiros a serem oferecidos por investidores externos que precisam fazer frente a prejuízos sofridos em outros mercados. Assim, enfatizou o ministro, a queda da cotação dos bônus brasileiros em momentos de crise internacional "não tem nada a ver com nenhum julgamento sobre nossa economia, não é reflexo de nenhuma avaliação sobre o Brasil".

O ex-presidente do BC, Gustavo Loyola, também entende que os efeitos da moratória russa sobre o Brasil serão muito restritos. "Se houver tremor, será passageiro", afirmou ele, que também estava em Porto Alegre, participando da assembléia de supervisores bancários. O contágio, segundo Loyola, deve limitar-se ao mercado secundários de bradies. "No início pode ocorrer uma reação emocional, mas depois os investidores internacionais tendem a fazer uma avaliação diferenciada do Brasil em relação a outros países emergentes."

Pedro Malan ressaltou que, atualmente, o País está "muito mais bem posicionado" para resistir ao contágio de problemas externos do que estava em outubro, na crise do Sudeste Asiático. Ele lembrou que, desde então, já houve outros momentos de queda da cotação dos bradies e que, apesar disso, "não tivemos impacto em juros ou dólar futuro". Para o ministro, um sinal de que a confiança no Brasil não foi afetada são os investimentos estrangeiros diretos, que devem chegar a US\$ 21 bilhões este ano.

Sem especificar os destinatários de seu recado, Malan criticou os que se aproveitam de momentos de inquietude no cenário externo para "fazer considerações distorcidas contra o Brasil e torcer que o país seja a bola da vez". Ele afirmou ser "ingenuidade ou má fé" concluir que



Pedro Malan

a crise russa seja capaz de gerar uma crise também no Brasil. Malan justificou que a situação da Rússia é muito específica e diferente da brasileira, pois aquele país sequer conseguiu organizar-se institucionalmente nem tem capacidade para coletar impostos.

A redução da vulnerabilidade externa do Brasil, segundo o ministro, vai depender da capacidade de o país se diferenciar cada vez mais de outros emergentes. E, nesse sentido, ele acha que o governo está trilhando o caminho certo, procurando fortalecer o sistema financeiro, controlar o déficit público e o déficit em transações correntes (comércio e serviços) com outros países. Ele destacou que um dos mais preocupantes problemas do sistema financeiro, os bancos estaduais, já está sendo resolvido. A grande maioria dos bancos estaduais, disse, "será privatizada, extinta ou liquidada".

Em palestra na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), o ministro Pedro Malan esquivou-se de prever qualquer núme-

ro para a evolução do PIB deste ano, como queriam ouvir os industriais presentes. "Uma taxa de crescimento não pode ser determinada pela vontade do governo e sim por decisões de investidores privados e também pelos consumidores". Ao governo, segundo Malan, cabe a tarefa de estimular a poupança interna e garantir a estabilidade política e econômica.

O ministro refutou também as comparações entre a taxa média de crescimento de 4% nos últimos quatro anos e as taxas superiores a 7% de anos passados. "São épocas diferentes. É melhor crescer a taxas de 4% com inflação baixa e com taxas demográficas de apenas 1,3%, como as atuais, pois assim é possível melhorar a renda das pessoas." Malan disse que ficaria preocupado se o País estivesse crescendo sem absorver tecnologias novas, sem produtos mais modernos ou fabricando bens de baixa qualidade.

O ministro foi veemente ao não admitir que a inflação brasileira es-

teja erradicada ou "que é um fenômeno incorporado ao patrimônio histórico", mandando um recado aos que defendem a tese de que é melhor crescer mais com inflação do que crescer menos sem inflação. "Não há incompatibilidade entre crescimento e inflação baixa. Há dezenas

Para o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, "se houver tremor no mercado, será passageiro"

de exemplos disso pelo mundo."

Garantiu que o governo não vai abrir mão do compromisso de manter a inflação sob permanente vigilância e controle. Previu para este ano o quinto de inflação declinante, perto de 3%, na média dos principais índices. "É uma conquista a ser preservada por razões de eficiência

econômica, políticas, éticas e morais e não um compromisso superficial ou retórico, pois foi sem a carga e a canga do imposto inflacionário que cresceu o consumo e o acesso aos serviços públicos".

Fez também uma defesa dos indicadores sociais, onde não está havendo retrocesso, conforme exemplificou, ao listar os índices de analfabetismo em queda de 22,3% em 1980 para 17,8% em 1990 e 13,8% em 1996. Argumentou que quase 95% das crianças entre 10 e 14 anos estão na escola e citou dados "isentos" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para mostrar que os índices de mortes de recém-nascidos por mil habitantes caíram de 41 em 1992 para 31 em 1994 e 17,6 mortes por mil em 1996. O que se deve discutir, segundo ele, é como acelerar o processo de recuperação e não como reverter o processo de deterioração, "porque este não existe".

Ao concordar com o diretor da Fiergs, Nestor Perini — quando este relatou gastos de R\$ 45 bilhões ou 5% a 6% do PIB com o serviço da dívida pública de R\$ 315 bilhões e gastos de R\$ 170 bilhões ou mais de 20% do PIB com a dívida privada de R\$ 570 bilhões —, que a situação é angustiante e insustentável, Malan disse esperar taxas de juros mais baixas ainda neste ano e civilizadas nos próximos anos. "Não podemos pensar em quedas abruptas com credibilidade, a trajetória é declinante e será mais rápida se conseguirmos acelerar as ações para superar o desequilíbrio das contas públicas", disse. Explicou que as taxas de juros ainda carregam em sua memória um entulho representado por tablitais, vetores, garfadas, confiscos e moratórias de planos de estabilização fracassados. Sobre os gastos públicos, Malan foi incisivo e citou o ministro da saúde José Serra como exemplo a ser seguido: "Mais importante que discutir o aumento no volume de gastos, é melhorar a eficiência com que os recursos disponíveis são utilizados e combater a fraude."